





## PROJETO DE LEI Nº 443/2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Centros de Formação de Condutores (auto escolas) de disponibilizarem pelo menos 01 (um) veículo adaptado para o aprendizado de pessoas com deficiência física, e dá outras providências.

PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE DA MATÉRIA

**AUTOR:** Dep. Del. Wallber Virgolino **RELATOR:** Dep. Ricardo Barbosa

PARECER N°

193 /2019

## I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe, para análise e parecer, o Projeto de Lei nº 443/2019, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Wallber Virgolino, o qual "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Centros de Formação de Condutores (auto escolas) de disponibilizarem pelo menos 01 (um) veículo adaptado para o aprendizado de pessoas com deficiência física, e dá outras providências.".

A proposta, em síntese, obriga a aplicação as auto escolas de disponibilizarem veículos adaptados.

A matéria constou no expediente do dia 15 de maio de 2019.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



A A S 19

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA "Comissão de Constituição, Justiça e Redação"

## II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em análise, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Wallber Virgolino, é de grande valor para a sociedade, pois traz aos usuários das auto escolas que possuam deficiência física uma maior facilidade no uso dos serviços prestados.

A Constituição Federal, em seus artigo 24, inciso XIV, dispõe que compete aos Estados legislar de maneira suplementar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, cabendo a União apenas legislar sobre normas gerais sobre a matéria.

Neste sentido, a União, no uso de suas atribuições, editou a Lei Nacional nº 13.146/2015, que "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).", e, em seu artigo 8º, estabeleceu ser "dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.", dando ao Poder Público esta incumbência.

Assim, proposição estadual que propõe obrigações no que diz respeito aos direitos da pessoa com deficiência é matéria que se inclui nos temas afetos a regulamentação do Estado, de maneira que esta matéria pode ser abordada por lei estadual.







Assim, entendemos que a tramitação desta proposição deve ser admitida, pois constitucional, já que os Estados podem legislar sobre a matéria.

Nestas condições, opino, seguramente, pela <u>CONSTITUCIONALIDADE</u> do Projeto de Lei nº 443/2019, e pugno pela admissibilidade de sua tramitação.

É o voto.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 2019.

DEP. RICARDO BARBOSA

Relator







## III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do Relator, opina pela CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 443/2019, entendendo pela admissibilidade de sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 2019.

DEP. POLLYANNA DUTRA Presidente

Apreciado pela Comissão

DEP. JÚNIOR ARAÚJO Membro

DEP. FELIPE LEITÃO Membro

DEP. TOVAR CORREIA LIMA Membro

Membro

DEP. RICARDO BARBOSA Membro

DEP. EDMILSON SOARES

Membro